



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8837

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados, não tramitados

Autoria: Eduardo Rodrigues Madureira

Data: 19/02/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 08/2013. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Assistência Social nas escolas públicas municipais de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 26.7

Posição: 24

Número de folhas: 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 08/2013

AUTOR:

Ver. Eduardo Madureira

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Prestação de Serviços de Psicologia e de
Assistência Social nas Escolas públicas Municipais de Montes Claros.

MOVIMENTO

- 1 Entrada em 19/02/2013
- 2 Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

As Comissões
A. Silva
19.02.13



Câmara Municipal de Montes Claros – MG

PROJETO DE LEI Nº 01 / 2013

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas municipais de Montes Claros.

O povo do município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara aprova, e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Montes Claros deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no *caput* deste artigo será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

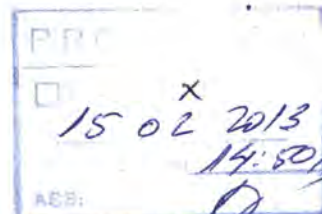
§ 2º O sistema municipal de ensino, em articulação com o sistema público de saúde e de assistência social, deverão prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando, em qualquer caso, número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento.

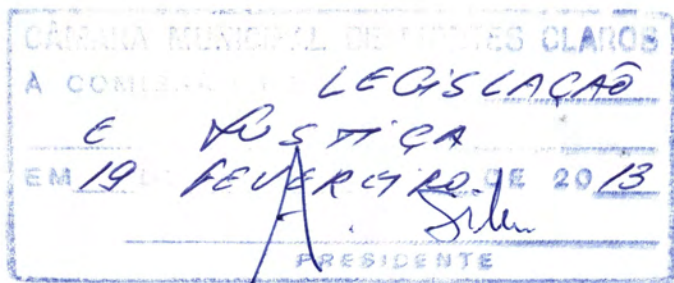
Art. 2º Os sistemas municipais de ensino, de saúde e de assistência social disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 15 de fevereiro de 2013


Vereador Eduardo Madureira







CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 08/2013 QUE “Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Assistência Social nas Escolas Públicas Municipais de Montes Claros.”, de autoria do Vereador Eduardo Madureira.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como determinara a assistência por psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas municipais.

Entretanto, ao nosso sentir, referido projeto revela-se ilegal, por ferir o princípio constitucional da independência dos poderes, haja vista que cria novas funções e despesas para o Poder Executivo Municipal.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de agosto de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE Nº 08/2013

AUTOR: Ver. Eduardo Rodrigues Madureira

MATÉRIA: Dispõe Sobre a Prevenção de Serviços de Psicologia e de Assistência Social nas Escolas Públicas de Montes Claros.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 19/02/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 05/08/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A finalidade da presente proposição é a prevenção de serviços de Psicologia e de Assistência Social nas Escolas Públicas de Montes Claros.

Não obstante a relevância social da matéria, observa-se que o projeto cria obrigações e despesas para a Administração Pública, contrariando o art. 51, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, bem como o princípio de independência dos poderes.

Nesse sentido, verifica-se que a proposição incide em vício de iniciativa e fere normas legais e princípios constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____